

# Sumário

<b>Prefácio</b> .....	V
<b>Apresentação</b> .....	IX
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. O Desenho Legislativo da Ação Anulatória</b> .....	9
1.1. Introdução.....	9
1.2. A arbitragem: um meio de solução de controvérsias .....	9
1.3. A arbitrabilidade subjetiva e objetiva .....	13
1.4. A convenção arbitral .....	16
1.5. A sentença arbitral e a jurisdicionalidade da arbitragem ....	25
1.6. A ação anulatória. O dilema entre a revisão judicial e o prestígio da arbitragem .....	31
1.7. O procedimento e as suas regras .....	39
1.8. As premissas para ação anulatória de arbitragem .....	41
<b>2. As Premissas para Caracterização da Litigância Frívola</b> .....	43
2.1. O objeto e os limites do capítulo .....	43
2.2. Uma introdução à análise econômica do direito .....	43
2.3. Metodologias da economia .....	46
2.4. As premissas fundamentais da economia .....	48
2.5. Limitações à teoria da escolha racional.....	55
2.6. A teoria econômica aplicada ao processo civil .....	60
2.7. As determinantes para o ajuizamento da ação.....	64
2.8. Uma revisão de literatura sobre a litigância frívola.....	66
2.9. Em busca das premissas para a litigância frívola .....	84
2.10. As premissas deste trabalho para litigância frívola na ação anulatória de arbitragem .....	91

<b>3. Aspectos da Metodologia</b> .....	95
3.1. Nota introdutória .....	95
3.2. A economia descritiva: uma premissa fundamental .....	95
3.3. A construção do objeto de pesquisa e os recortes metodológicos .....	97
3.3.1. As relações entre conceitos para a formulação do objeto de pesquisa.....	97
3.3.2. A delimitação do objeto e a problemática de pesquisa .....	100
3.3.3. Quais ações anulatórias interessam para esta pesquisa? .....	100
3.3.4. O que pode ser considerado litigância frívola? .....	102
3.3.5. Os marcos temporais .....	103
3.3.6. O objeto de pesquisa construído .....	104
3.4. As hipóteses à problemática de pesquisa .....	104
3.5. A metodologia para análise dos dados .....	105
3.5.1. Por que uma pesquisa quantitativa? .....	106
3.5.2. Por que a realização de um censo? .....	108
3.5.3. Por que a realização de uma pesquisa documental?.....	109
3.6. A operacionalização das premissas para coleta de dados....	110
3.7. Observações quanto à operacionalização das premissas....	113
3.7.1. A desnecessidade de análises do pedido de tutela provisória .....	113
3.7.2. A desnecessidade de análise dos recursos interpostos depois do julgamento de apelação .....	115
3.8. A coleta de dados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.....	117
3.8.1. Como funciona o sistema de acesso de julgados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo? .....	117
3.8.2. As palavras-chaves para a coleta de dados? .....	120
3.8.3. Como será feita a análise dos julgados? .....	121

<b>4. Os Resultados da Pesquisa</b> .....	123
4.1. Nota introdutória.....	123
4.2. A estrutura da coleta e verificação dos dados .....	123
4.2.1. As ações anulatórias referentes ao ano de 2016.....	124
4.2.2. As ações anulatórias referentes ao ano de 2017 .....	126
4.2.3. As ações anulatórias referentes ao ano de 2018 .....	128
4.2.4. As ações anulatórias referentes ao ano de 2019 .....	130
4.2.5. As ações anulatórias referentes ao ano de 2020.....	133
4.3. Os resultados gerais .....	135
<b>Conclusão e Intepretação dos Resultados Gerais</b> .....	141
<b>Referências</b> .....	143